



# DIÁRIO DO GOVÊRNO

Toda a correspondência, quer official quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocarem com o mesmo *Diário*.

| ASSINATURAS   |          |                     |       |
|---|----------|---------------------|-------|
| As 3 séries . . .   | Ano 18\$ | Sem. stre . . . . . | 9\$50 |
| A 1. <sup>a</sup> série . . . . .                         | 8\$      | " . . . . .         | 4\$50 |
| A 2. <sup>a</sup> série . . . . .                         | 8\$      | " . . . . .         | 3\$50 |
| A 3. <sup>a</sup> série . . . . .                         | 5\$      | " . . . . .         | 3\$50 |
| Avulso: até 4 págs., 504; cada fl. de 2 págs. a mais, 502 |          |                     |       |

O preço dos anúncios é de \$10 a linha, accrescido de \$01 de selo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annuenciam-se gratuitamente.

## SUMÁRIO

### Presidência do Ministério:

Relatório acêrca da participação de Portugal na guerra europeia.

### Ministério da Guerra:

Decreto n.º 2:938, mandando proceder à concentração de um corpo expedicionário destinado a combater em França contra a Alemanha, ao lado dos exércitos das nações aliadas, e nomeando o comandante e o chefe do estado maior do referido corpo expedicionário.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Troca de notas entre os Governos Português e Francês, sôbre a extradição, a título de reciprocidade, de indivíduos acusados do crime de abuso de confiança.

## PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO

Assinada a convenção entre Portugal e a Gran-Bretanha, para os efeitos da intervenção militar portuguesa na conflagração europeia; chegada a hora de partirem as nossas tropas para as linhas da frente ocidental, onde irão combater junto dos nossos antigos e liais aliados, encerra-se um período que na nossa situação internacional, em presença do grande conflito que se está desenrolando, podemos considerar decisivo. Este facto, para sempre notável na história pátria, significa o termo lógico duma cadeia de acontecimentos que o tornavam inevitável, e é também a resultante duma atitude que, assumida logo no princípio da guerra europeia, o povo português, firme e inalteravelmente, manteve, aceitando, como lhe cumpria, todas as suas possíveis eventualidades.

O país, o mundo inteiro, sabem qual foi sempre essa atitude e conhecem êsses acontecimentos. O Governo Português nada ocultou à Nação, de que é representante; nada ocultou a amigos nem a inimigos, e por isso mesmo nada de essencial tem a revelar. A medida que era chegado o momento das resoluções positivas, essas resoluções eram propostas ao Parlamento, submetidas à sanção do seu poder soberano. Cada período que requeria as suas declarações necessárias e marcava o termo duma fase das negociações diplomáticas, dos acordos entre os dois países que, pela sua velha aliança, estavam e estão intimamente ligados, assinalava-se por essa sanção que o Governo imediatamente solicitava. Com a consciência do dever cumprido, com a segurança de não haver esquecido a fidelidade devida aos compromissos de honra do país, nem o respeito pelos órgãos legítimos da vontade nacional, nem a superior preocupação dos altos interesses da pátria, o Governo Português considera-se no direito de afirmar que a sua acção neste grave e cri-

tico momento da nossa história foi clara, explícita, franca, desassombrada e digna, como convinha às tradições da gloriosa nacionalidade que representa perante o mundo. Não se envolveu em sombras, não se enleiou em sofismas, não se retraiu, não tergiversou, não hesitou, não se desviou da linha de conduta que, ao ressoarem os primeiros tiros de canhão do prélio gigantesco, serena, mas intrépidamente, resolveu tomar, com a certeza de interpretar fielmente os sentimentos da Nação.

Quando, findas as negociações internacionais pendentes, Portugal, como os outros países aliados, lhes der o seu remate diplomático, publicando o seu *Livro Branco*, esta verdade reconhecer-se há, sem que nenhuma circunstância, por mínima que seja, possa de qualquer forma invalidar a afirmação produzida, assim como desde já não é lícito a ninguém contestar que a atitude assumida por Portugal foi sempre uma atitude logicamente orientada pelos seus honrados compromissos, pelos seus generosos sentimentos, pelos mais sagrados interesses da nação, e determinada pelas circunstâncias que requeriam a execução desses compromissos, a expressão desses sentimentos, e a salvaguarda desses interesses.

De tudo teve conhecimento o país. Não foi conservado na ignorância de nenhuma das medidas oficiais que o Governo decidiu tomar em relação aos variados incidentes deste período que se abriu com o próprio início da conflagração europeia. Conhece os factos que nos punham como conhece aqueles que nos nobilitam e compensam. Mas não há dúvida que êsses factos se dispersam já num lapso de tempo relativamente grande como é também certo que ainda não foram devidamente concatenados, dando-se-lhes a necessária seqüência e ligação. O Governo Português entende que é este o momento azado para a exposição official e justificativa dos motivos que levaram o nosso país à situação de guerra em que se encontra. Partem as nossas tropas para a frente ocidental da Europa, onde vão terçar armas com o inimigo, como já em África com ele tem estado e estão em combate. Os soldados portugueses em toda a parte onde lhes é possível encontrar-se em contacto com o inimigo afrontam os seus golpes e saberão retribuir-lhos. Recordar as razões supremas que levaram a Pátria a pedir-lhes o seu sacrificio e o seu heroísmo, é um dever a que o Governo Português nunca pensaria eximir-se.

\*  
\* \*

No dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. Este facto tem antecedentes e consequentes. Na nota entregue ao Governo Português, por ordem do Governo Imperial, pelo seu representante em Lisboa, o Sr. Rosen, os motivos dessa resolução são extensamente alegados, ofendendo-se umas vezes positivamente a verdade das factos e desnaturando-se noutras a sua precisa significação. São êsses antecedentes

que convém fixar na exacta narrativa e no verdadeiro carácter dos acontecimentos e das suas determinantes. A atitude da Alemanha para com Portugal foi durante muito tempo enigmática, dúbia e deslial. A atitude de Portugal para com a Alemanha foi sempre clara, franca e inofensiva.

A conflagração europeia iniciou-se em 28 de Julho de 1914, pela declaração de guerra da Áustria à Sérvia, o que determinou a intervenção da Rússia, a qual, fiel aos seus princípios de protecção à raça slava, decidiu não consentir que esse pequeno país fôsse sacrificado às ambições que premeditavam esmagá-lo. Como a Alemanha era aliada da Áustria, a Alemanha no dia 2 de Agosto declarava a guerra à Rússia. É conveniente notar que esta guerra formidável em que hoje catorze povos se debatem é uma guerra fundamentalmente de alianças. Quasi todas essas nações nada tem directamente com a questão inicial do conflito. Lutam pelas suas alianças. Lutam porque compreendem que sem essas alianças a sua existência pode de um momento para o outro periclitarse. O isolamento das nações europeias já não é possível sem graves riscos. Ligou-se à França o colosso moscovita. A própria Inglaterra, apesar do seu poderio, dos seus inigualáveis recursos, e da sua privilegiada posição geográfica, renunciou, mercê duma larga visão política, à sua antiga situação internacional, criando, com a França e a Rússia, a *Triple Entente*. Até uma potência asiática, o Japão, procurou na Europa uma aliança, a da Inglaterra. A Turquia e a Bulgária tornaram-se aliadas da Alemanha, levadas a isso pela presente guerra, como a Itália, a Bélgica, a Sérvia, o Montenegro, a Roménia, o são hoje, nas mesmas condições, das potências da *Entente*. Fora desses grupos, mais ou menos recentes, de alianças, só há um país, há séculos aliado da Inglaterra. Esse país é Portugal.

Se esta guerra é de alianças porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, qual poderia ser a situação de Portugal desde que no dia 5 de Agosto de 1914 a Inglaterra, em consequência da violação da neutralidade da Bélgica, se considerou em estado de guerra com a Alemanha? Poderia elle declarar a sua neutralidade? Supô-lo é ignorar fundamentalmente o carácter, as tradições, o espírito e o próprio estado actual da aliança anglo-lusa.

Precisamente, pouco mais de dois anos antes de rebentar a conflagração, em 15 de Março de 1912, o Sr. Dr. Augusto de Vasconcelos, então Presidente do Ministério e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tivera ensejo de apresentar ao parlamento — em conformidade com os textos dos tratados em vigor, entre os dois países, até 1815, que o Governo Britânico apresentara à Câmara dos Lords, em Dezembro de 1898 — a codificação das cláusulas desses tratados que há seis séculos ligam a Inglaterra a Portugal. O primeiro desses tratados, que o chefe do Governo Português enumerou, é o de 1373 entre Eduardo, rei de Inglaterra e França, e D. Fernando, rei de Portugal e dos Algarves. Seguem-se os de 1386, 1642, 1654, 1660, 1661, 1703, e o tratado de 1815, de Viena. Por meio das cláusulas essenciais que, em conformidade com esses textos em vigor, apresentados pelo Governo Britânico à Câmara dos Lords, na data referida, se fixaram, os diversos tratados anglo-portugueses, sempre reconhecidos e acatados tanto pela Inglaterra como por Portugal, ficaram constituindo como que um único tratado, actualizando um pacto internacional que é o mais antigo que se tem mantido na Europa e que indissolúvelmente une os dois países. A impressão causada por essa nova e categórica confirmação da aliança foi tão viva que o Parlamento resolveu que o discurso do chefe do Governo, em que ella se continha, fôsse impresso, enviado a todas as autoridades e afixado nos lugares públicos.

Estava pois bem recente a recordação dos textos da aliança, reavivada apenas, porque ella nunca deixou de ser considerada pelo povo português como uma das bases de desenvolvimento da nacionalidade. Ninguém em Portugal ignorava o compromisso desde longos séculos tomado entre os dois países, e que mais uma vez se acentuara com tam solenes declarações, e o Governo Português só tinha de inspirar-se nos deveres e nos sentimentos nacionais, como o Governo Britânico não podia esquecer essa velha aliança que fôra, durante largo tempo, a única a que se encontrara ligado. Por isso, quando, em 5 de Agosto, a Inglaterra ficou em estado de guerra com a Alemanha, immediatamente se assentou na abstenção de qualquer declaração de neutralidade portuguesa. Na sessão de 7 de Agosto de 1914, o Governo Português convocava o Parlamento para lhe pedir que o habilitasse com as faculdades necessárias para fazer face às dificuldades que internamente pudessem surgir como consequências da guerra, e, em relação à situação externa, a lia o Sr. Dr. Bernardino Machado, então Presidente do Ministério, a seguinte declaração, que foi unanimemente sancionada pelo Parlamento e entusiasticamente sublinhada pelas manifestações da opinião pública:

«Logo após a proclamação da República todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade que deveras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltariamos. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que este Governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolúvelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do povo português».

\*  
\* \* \*

Foi este o primeiro documento official, público, da atitude de Portugal perante o conflito europeu. Não se declarou a neutralidade; afirmou-se, pelo contrario, o propósito seguro e decidido de cumprir todos os deveres de aliança com uma das nações em guerra, «deveres a que em circunstância alguma faltariamos». O compromisso de auxiliar a Inglaterra, em tudo quanto nos fôsse possível, estava contido nessa declaração, em que se assegurava uma lialdade absoluta à aliança livremente contraída, e na qual os dois países se obrigam a mutuamente se coadjuvarem nas horas de perigo. Não podia a Alemanha alegar ignorância das disposições em que Portugal se encontrava, e que officialmente, no Parlamento, o seu Governo havia expressado. Não as ignorava o seu representante em Lisboa, e por isso a nota da declaração da guerra propositadamente adultera os factos quando apresenta as facilidades e auxilios que dispensamos à nossa aliada até esse momento como uma prova de deslialdade em relação à Alemanha e um testemunho de vassalagem em relação à Inglaterra. Portugal procedeu para com a Inglaterra como a Inglaterra procederia para com Portugal em idénticas condições, isto é, cumprindo fielmente os deveres duma aliança que por igual obriga e nobilita os povos que a contraíram, e que desassombadamente a invocarão sempre, sem que, nem por sombras, procurem iludir as suas responsabilidades ou eximir-se às consequências, quaisquer que ellas sejam, que do cumprimento desses deveres lhes resultem.

Tomado o compromisso solene de 7 de Agosto de

1914, ele não significou, porém, que tivéssemos em mira hostilizar a Alemanha. Como dêsse compromisso se concluiu, Portugal ficava numa expectativa. Afirmara os seus sentimentos, declarara que mantinha, em todos os seus termos e cláusulas, a aliança que o ligava a um dos países em luta, mas os acontecimentos da guerra, a invocação dessa aliança, é que decidiriam a sua acção. A nota da declaração de guerra alude, como a um dos agravos feitos por Portugal à Alemanha, às expedições que foram enviadas à África, e a primeira das quais começou a organizar-se logo nos primeiros dias da guerra, acrescentando que se disse então abertamente que ela era dirigida contra os alemães. Não há nenhuma declaração oficial nesse sentido. Essas tropas partiram como reforço às guarnições militares das nossas colónias de Angola e Moçambique, limítrofes de presumíveis teatros de guerra. O pensamento do Governo Português, que seria o de todos os governos, em condições semelhantes, mesmo neutrais, foi um pensamento preventivo, baseado na defesa dos nossos territórios. Não tardou muito que os factos claramente demonstrassem que esse pensamento não obedecia a um infundado receio, mas sim a uma previsão segura, que o agressivo temperamento alemão plenamente justificava.

Dezanove dias apenas tinham decorrido desde que a Alemanha estava em guerra com a Gran-Bretanha, e no dia 24 de Agosto de 1914, em regiões afastadíssimas dos campos de batalha da Europa, onde a sorte da guerra se tem de decidir, um posto português da África Oriental, situado no norte da colónia de Moçambique, e fronteiro da colónia alemã, o posto de Maziua, era traçoeramente atacado, de madrugada, por uma força germânica, composta de cipais e vários auxiliares armados. O chefe do posto, surpreendido no leito, foi morto a tiro, quando saía do seu quarto, despertado pelo ruído do assalto, não sofrendo a mesma sorte a pequena guarnição dêsse posto porque conseguira fugir para o mato, reconhecendo a desproporção das suas forças em presença do número dos assaltantes. Os alemães entraram no posto, apoderaram-se de todos os valores que lá encontraram, e em seguida incendiaram-o. O mesmo fizeram às palhotas anexas e até a uma pequena povoação próxima. Foi tudo pasto das chamas.

Estava derramado o nosso primeiro sangue, e quem o derramava eram os alemães, sem que Portugal os houvesse hostilizado. Os alemães continuavam em território português, fazendo os seus negócios, vivendo desafogadamente, quer na metrópole, quer nas ilhas e colónias, sem que ninguém os importunasse ou agredisse. O Ministro da Alemanha permanecia tranquilamente em Lisboa, sem que o seu Governo fizesse reparo à declaração parlamentar de 7 de Agosto, o que aliás era natural, porque a Alemanha bem sabia que éramos aliados da Inglaterra, e por isso havíamos de respeitar e cumprir, em qualquer eventualidade, os deveres da aliança. Nem seria a Alemanha, que, invocando uma aliança, entrara na guerra, quem pudesse estranhar, sequer, que os outros povos às suas alianças se mantivessem fiéis. Todavia, breve se reconheceu que o ataque ao posto de Maziua obedecia a um plano destinado a executar-se logo que um conflito se estabelecesse entre o seu país e Portugal ou a Inglaterra, porque da Inglaterra Portugal era aliado. Não é crível que um pequeno núcleo de alemães tomasse, sem nenhuma espécie de hostilidade manifestada pelos seus vizinhos, uma iniciativa tam grave, se não estivessem certos de que do plano de conquista do seu Governo fazia parte a invasão das nossas colónias. Os assaltantes possuíam fotografias do posto de Maziua. Haviam conseguido obtê-las anteriormente, e não lhes fôra isso difícil porque como amigos se apresentavam, acalentando já no íntimo os projectos da traição e da chacina. Desencadeada a guerra, elles pensavam na invasão

das nossas colónias, e esse pensamento ainda mais se patenteou pouco depois nas incursões de Naulila e de Cuangar. Não puderam levar por diante os seus propósitos, mas ficou bem marcada a sua intenção, demonstrando qual seria a sorte das nossas colónias africanas se porventura a vitória coroasse os desígnios imperialistas da Alemanha.

O sangue português correrá primeiro do que o alemão. Os processos que os alemães contra nós empregaram na África, sem que os hostilizássemos, eram os mesmos que tinham empregado na Europa: a cilada, a traição, a matança, o incêndio e o saque. Renovaram a sua tentativa de incursão em 19 de Outubro, na fronteira de Angola, em Naulila, onde o bravo alferes Sereno lhes não consentiu que impunemente a realizassem. Para se vingarem, atacaram dias depois, em 30 do mesmo mês, a fortaleza de Cuangar, manifestando uma ferocidade sem limites. Alta noite, de surpresa, como em Maziua, entraram no forte e massacraram a guarnição, escapando só um cabo e duas praças indígenas, que conseguiram ocultar-se. Um comerciante que se encontrava no forte foi igualmente vítima do furor canibalesco dos alemães. Ao tenente Machado, amarraram-lhe uma corda ao pescoço, puxaram-o para fora do seu quarto, e como elle pedia que o não torturassem, antes o matassem, prostraram-o com baionetadas no ventre. O tenente Durão foi morto em trajos menores, quando se levantava sobressaltado pela confusão do ataque. Tiveram a mesma sorte um sargento e muitas praças europeias e indígenas. Ao mesmo tempo uma metralhadora fazia fogo sobre o posto, do outro lado do rio. E é de reparar que, dias antes, portugueses e alemães tinham confraternizado em um almôço, onde ficara combinado advertirem-se lialmente se ordens recebessem no sentido de abrir hostilidades.

Como em Maziua, os alemães saquearam tudo o que havia na fortaleza, não escapando o que pertencia ao comerciante assassinado. Mandaram arrazar o forte pelo gentio que os acompanhava, e trataram de prosseguir na sua obra de destruição. Marcharam pelo território português, levando tudo a ferro e fogo. Atacaram o posto de Bunja; queimaram o posto de Sâmbio; arrazaram o posto de Dirico, atacando-o com duas metralhadoras; tomaram o posto de Mucasso, aprisionando os soldados que lá se encontravam, mas que depois conseguiram fugir, com excepção apenas de dois. Este posto foi também arrasado. Só não se atreveram a atacar o posto de Cuana-val, porque sabiam que a sua guarnição estava em condições de lhes resistir.

São estes os factos, positivamente de guerra, e demonstrativos da hostilidade alemã, desde os inícios da confagração europeia, que cumprio contrapor às alegações da nota do Governo Imperial, na qual a Alemanha procura inculcar-se como vítima do nosso espírito agressivo.

Entretanto, na metrópole, mas sem que esses factos pudessem ter exercido qualquer influência nos sucessos de África, acima descritos — e as datas o comprovam — os acontecimentos iam seguindo uma evolução natural, que a gravidade da guerra estabelecia e justificava. No dia 28 de Setembro, um navio de guerra inglês, o *Argonaut*, vinha a Lisboa saudar, por ordem do seu Governo, a bandeira portuguesa, e, decorrida apenas uma semana, no dia da festa nacional, em 5 de Outubro, um navio de guerra da França, o *Dupetit Thouars*, igualmente por ordem do seu Governo, e para o mesmo fim, veio também espontaneamente ao nosso porto, testemunhar as suas homenagens a Portugal, aliado da nobre nação, que ao lado da França combate desde os primeiros recontros com os alemães. Diz a nota da declaração de guerra, apresentada pelo Sr. Rosen, que «o Governo Português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade». O Governo Português prestou sempre à Inglaterra, em cou-

formidade com os deveres da aliança e com a declaração de 7 de Agosto de 1914, os auxílios e facilidades que o Governo Britânico lhe solicitou. Mas nunca o fez subrepticamente, traiçoeiramente; fê-lo sempre com lialdade e desassombro. A neutralidade nunca foi declarada por Portugal; nunca existiu. «Não abastecemos de carvão os navios alemães; os navios de guerra ingleses permaneceram nos nossos portos; entregamos um caça-torpedeiros à Inglaterra». Esses factos e outros que a nota alemã aponta, só poderiam ser imputados a Portugal como uma incorrecção ou uma deslialdade se o Governo Português tivesse declarado a sua neutralidade. Ora, pelo contrário, a solidariedade com a Inglaterra fôra oficialmente aprovada no Parlamento, pela declaração de que nunca faltariamos aos deveres da aliança, que devíamos e queríamos cumprir, mesmo à custa dos maiores e mais dolorosos sacrificios.

O Governo Português facultou à Inglaterra todo o auxilio, toda a cooperação de que ela careceu — acedendo sempre do melhor grado aos seus convites. Sustentou e inalteravelmente, sem hesitações nem receios, o claro e lial compromisso tomado. Nunca a nossa aliada recorreu ao esforço, à solidariedade de Portugal, que o não encontrasse singelamente, mas firmemente, ao seu lado. Deu-lhe o seu concurso moral e o seu concurso material, e tam disposto se mostrou a dispensar-lhos em toda a latitude dos seus recursos, que, logo nos meados de Outubro de 1914 — como o chefe do Governo que então se encontrava no Poder, o Sr. Dr. Bernardino Machado, mais tarde o acentuou na declaração ministerial de 2 de Dezembro desse ano — uma missão oficial de militares portugueses partiu, em virtude de negociações anteriores, para Londres, onde conferenciou com os altos representantes do exército inglês sobre a nossa solidária acção na campanha.

Foi essa missão recebida com os primores da mais viva simpatia, e, no acolhimento dispensado aos illustres officiais que a compunham, bem claramente ficou demonstrado o justo aprêço em que eram tidos os nossos bravos soldados. O grande e malogrado Ministro da guerra inglês, general Kitchener, desse aprêço deu testemunho em carta dirigida ao Ministro da guerra português, general Pereira de Eça, acêrca dos trabalhos dessa missão, que também em França, onde esteve depois da sua ida a Londres, foi alvo de distincções que justificadamente desvaneceram o nosso país.

A situação de Portugal perante o conflito europeu tomava o aspecto que era de prever em face do compromisso estabelecido na declaração de 7 de Agosto. Por isso, o Governo Português, no dia 23 de Novembro de 1914, outra vez se apresentava ao Congresso da República, para lhe comunicar a nova fase a que a situação internacional chegara. Nessa sessão, o Sr. Dr. Bernardino Machado, Presidente do Ministério, apresentou a seguinte proposta de lei:

«É o Poder Executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providências extraordinárias que as circunstâncias de momento, reclamem».

A seguir, o Sr. Presidente do Ministério leu, em complemento da sua proposta, esta nota elucidativa, redigida por acôrdo entre os Governos Português e Inglês:

«Logo no principio da guerra, Portugal afirmou espontaneamente que estava pronto, como aliado da Gran-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O Governo Inglês, apreciando altamente este claro testemunho de cordeal solidariedade, convidou,

com entranhável reconhecimento, o Governo Português a contribuir de facto, consoante entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar. E por este modo os dois Governos asseguraram os fins da aliança, há séculos já subsistente entre as suas nações, e cuja manutenção tanto é do interesse comum duma e doutra».

O Parlamento saudou, com aplausos, a leitura desta nota, e a proposta do Governo foi aprovada.

\* \* \*

A cooperação bélica de Portugal ficou assim decidida, não se especificando, porém, o local em que se exerceria, e dependendo necessariamente a data dessa cooperação da organização militar a que o Governo Português imediatamente resolveu proceder. A falta de material com que lutava o nosso exército, as deficiências da sua organização, que o país inteiro conhecia, e que resultavam do facto de durante longos anos se ter lamentavelmente descurado o problema militar em Portugal — problema a que as novas instituições portuguesas, logo após o seu advento, procuraram dar uma solução verdadeiramente nacional — tornavam manifestamente difficil, num breve prazo, a constituição de efectivos, convenientemente habilitados a entrar numa guerra em que milhões de homens lutam com os mais aperfeiçoados e formidáveis instrumentos de guerra. O Governo Português, porém, lançou imediatamente ombros a essa empresa, e pode afoitamente afirmar-se que há muito já as nossas tropas combateriam junto dos seus aliados na Europa, se novos e mais graves acontecimentos, ocorridos em África, o não levassem a fazer derivar para ali o nosso esforço immediato.

Com effeito, em 18 de Dezembro desse mesmo ano, pouco mais de um mês após a sessão parlamentar em que fôra resolvida em principio a cooperação militar de Portugal na guerra, dava-se um sangrento combate em Naulila, entre as tropas expedicionárias comandadas pelo coronel Roçadas e as forças alemãs da Damaralândia. Mais uma vez os alemães atravessaram a nossa fronteira de Angola, para nos atacar, tendo, também, provocado a insurreição entre os indígenas submetidos à nossa soberania. Travou-se combate, retirando, por fim, as tropas portuguesas, mas a vitória esteve indecisa, e foi tam precária, que os alemães não prosseguiram na sua marcha, voltando apressadamente aos seus territórios. De altos feitos de valor, praticados por officiais e praças portuguesas nessa acção, igualmente teve o país, segundo verídicas informações, o mais amplo conhecimento.

O combate de Naulila não teria sido mais do que um incidente da guerra africana, e as nossas tropas preparavam-se para renovar a luta, até a invasão da colónia alemã e o desbarato dos seus defensores, se os rápidos progressos das forças sul-africanas que combatiam os alemães da Damaralândia os não levassem a uma capitulação tam completa e tam rápida que não deu tempo a que as forças portuguesas tomassem sobre elles a desforra de todos os seus ataques. Sob a direcção do general Pereira de Eça, que substituiu no comando da expedição o coronel Roçadas, as nossas tropas occuparam-se em reprimir a insurreição dos Cuanhamas, fomentada pelos alemães, sendo ella completamente debelada e rigorosamente punida.

No ano de 1915, apesar dos incidentes de ordem interna que o assinalaram, os trabalhos da organização militar proseguiram por forma a deixar em alimentar a fundada esperança de que Portugal em breve possuiria um exército digno das suas tradições e do lugar que occupa na Europa. Essa tarefa não cessou ainda, embora o Governo Português já hoje possa assegurar ao país, com a satisfação de um dever cumprido, que elle possui

actualmente a força necessária não só para a defesa do solo pátrio como também para honrar os compromissos de uma aliança, que só por esse facto se encontra altamente valorizada.

Entretanto as agressões germânicas não cessavam, embora o Governo Imperial, fingindo ignorar o que em África se passara, continuasse a manter em Lisboa o seu representante. No dia 3 de Abril, o vapor *Douro* foi ou metido a pique por um submarino, ou afundado por uma mina alemã, quando vinha em viagem de Cardiff para o Porto. Em fins de Maio, outro navio mercante português, o *Cisne*, foi igualmente afundado à entrada da Mancha. A este, um submarino alemão torpedeou-o depois de reconhecer a sua nacionalidade portuguesa, de ter apreendido os viveres que o navio conduzia, e de ter intimado a tripulação a abandoná-lo.

O que o Governo Português não podia evitar, nem governo de nenhum país, nas suas condições, o poderia fazer, é que se sentissem dolorosamente entre nós, como nas nações em guerra ou neutrais da Europa se sentem também, as tremendas consequências económicas da guerra. Sobretudo elas produziram um extraordinário encarecimento da vida, agravando de preferência as condições das classes mais desprotegidas da fortuna e pelas quais os governos mais zelosamente devem olhar. Dependentes da navegação estrangeira pela deficiência da nossa marinha mercante; tendo essa navegação decrescido, em virtude dos perigos nas travessias em mares infestados de submarinos alemães, e havendo a falta de tonelagem elevado excessivamente o preço dos transportes, não só as nossas importações como a vinda dos produtos coloniais se encontraram profundamente prejudicadas. Era dever do Governo suprir essa deficiência, lançando mão dos meios precisos para esse fim. Um deles necessariamente se impunha: a utilização dos navios alemães.

Desde o começo da guerra estavam imobilizados nos nossos portos algumas dezenas de navios alemães, e que neles se haviam refugiado quando a guerra irrompera. Durante ano e meio, apesar de progressivamente se terem ido avolumando as dificuldades dos transportes, e de, por via delas, se ter agravado extraordinariamente a situação económica do país, o Governo Português evitou utilizar-se d'elles, embora uma crescente necessidade pública lho sugerisse, o nosso direito, interno e convencional, a isso plenamente o autorizasse, e as sucessivas agressões alemães o justificassem. Chegou-se, porém, a um momento em que já não era possível, nem se poderia explicar, que esses navios permanecessem imóveis quando o país inteiro se debatia com uma temerosa crise de subsistências. Coincidia ainda com essa imperiosa necessidade do país, um não menor interesse da parte da nossa aliada, em que a tonelagem desses navios voltasse à circulação mercantil e a ela pudesse também aproveitar, representando assim mais um daqueles auxílios que Portugal, pelos deveres da sua aliança, e em conformidade com a sua declarada atitude, desde o principio da guerra, jamais deixou de lhe prestar, sempre que lhe foram solicitados.

Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens à nação que a Alemanha considera o seu mais odiado inimigo, poderia ser malévola e tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo português que já sofrera os seus bárbaros ataques. Na previsão de tal eventualidade, compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que connosco ia assumir, o Governo Inglês dirigiu ao Governo Português, em 17 de Fevereiro de 1916, por intermédio da Legação Britânica em Lisboa, a seguinte solicitação:

«Tendo resultado sérias dificuldades para o comércio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran-Bretanha,

como também nos países que mantêm com ela boas relações, e tendo Portugal, desde o início das hostilidades, mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o Ministro de Sua Majestade tem ordem, em nome do Governo de Sua Majestade, de instar com o Governo da República, em nome da Aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portugueses, que serão utilizados para a navegação comercial portuguesa, e também entre Lisboa e os demais portos que se determinarem por acôrdo dos dois Governos».

No dia 23 de Fevereiro, o Governo Português requisiava, com effeito, os navios alemães fundeados nos portos nacionais.

\*  
\* \*

O acto da requisição dos navios alemães teve de ser realizado duma maneira rápida e segura pelo receio de que os seus tripulantes os deteriorassem. Que não era injustificado esse receio prova-o o facto de nenhum desses navios ter deixado de sofrer avarias propositadas, que só não se tornaram irreparáveis pela precipitação com que foram cometidas. Ainda antes de se saber que essa requisição daria origem à declaração de guerra, já esses testemunhos de hostilidade se produziam. Entretanto, o Governo Português nenhuma represália tomou para com os seus autores.

No mesmo dia em que a requisição dos navios se effectuava, o Governo Português dirigiu ao seu representante em Berlim um telegrama em que o encarregava de comunicar essa resolução ao Governo Imperial, declarando-lhe ao mesmo tempo que a questão de direito fora regulada num diploma legal que definia a situação das tripulações, a questão das indemnizações, etc. Porém, quatro dias depois, o Sr. Rosen, Ministro da Alemanha em Lisboa, dirigia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota em que qualificava de singular quebra de direito e acto de força a requisição dos navios alemães, solicitando, em nome do seu Governo, a immediata revogação daquela medida.

A resposta a esta nota foi enviada pelo Governo Português ao nosso Ministro em Berlim para dela dar immediato conhecimento ao Governo Alemão. O Governo Português acentuava que os navios alemães, imobilizados há mais de deztoito meses nas águas territoriais portuguesas, deviam ser considerados como abrangidos pelo principio geral do «dominio eminente», estando assim Portugal justificado de exercer sobre elles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja o direito de usar dela sempre que as necessidades do país o exigirem. Recordava que de modo semelhante procedera o Governo Italiano, sem protesto do Governo Imperial, requisitando os navios alemães que nos portos da Itália se haviam refugiado. Acrescentava que os proprietários dos navios seriam indemnizados em devido tempo; que o procedimento do Governo se baseava na lei de 7 de Fevereiro, base 10.<sup>a</sup>, e que o artigo 2.<sup>o</sup> do tratado de comércio e navegação entre Portugal e a Alemanha só se restringia a requisição dos navios em trânsito, ou, quando também abrangesse a dos navios fundeados, as suas disposições só obrigaríam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, o que no decreto da requisição dos navios se fizera. Por todos estes fundamentos jurídicos, o Governo Português não podia modificar o seu acto.

Ao mesmo tempo, porém, o Governo Português incumbia ainda o seu representante em Berlim de, se essas razões não fôsse atendidas, arguindo o Governo Alemão o nosso país de quebra de neutralidade, lhe acentuar firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões

jurídicas expostas como pela impropriedade da expressão, porque logo no começo da guerra, em 7 de Agosto de 1914, o Governo da República Portuguesa declarava, com aplauso unânime do Parlamento, que em circunstância alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra, e os Governos estrangeiros, incluindo o Alemão, tanto acataram os sentimentos de pura lialdade que nos ditavam essa atitude que todos mantiveram aqui os seus representantes.

Foi a esta comunicação que o Governo Imperial respondeu, em 9 de Março de 1916, com a nota da declaração de guerra, entregue pelo Sr. Rosen no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nesse longo e arrogante documento, que tanta ressonância teve e tam legitima indignação despertou em todo o país, e de que o Governo deu conta ao Parlamento na histórica sessão do Congresso da República de 10 de Março, o Governo Alemão fez uma lista dos actos por Portugal praticados e por ele considerados contrários a uma neutralidade, que nunca fôra declarada pelo Governo Português.

Referia-se à proibição do abastecimento de carvão aos navios alemães, ao consentimento da permanência dos navios de guerra ingleses nos nossos portos, à permissão da passagem de tropas británicas por Moçambique, à utilização da Madeira como base naval, à entrega do caça-torpedeiros *Lis* à Inglaterra— tudo actos manifestamente conformes com as facilidades e auxílios que, em harmonia com os deveres da aliança, solícitamente havíamos prestado à nação inglesa, consoante o seu Governo os julgava necessários. O Governo Alemão absolutamente faltava à verdade, quando dizia que Portugal vendera canhões às potências da *Entente*, e não menos adulterava os factos, afrontando nos indignamente, ao afirmar que os oficiais e soldados alemães que acompanhavam o Dr. Schultz-Jena, à sua entrada em Naulila, a 19 de Outubro de 1914, ali haviam sido atraídos, declarados presos sem motivo justificado, e depois, em parte, mortos a tiro e os sobreviventes aprisionados. Esta afirmação nunca o Governo Alemão a estribou em qualquer prova, antes, pelo contrário, o que se provou foi a atitude hostil da parte da Alemanha. Outros pontos alusivos aos acontecimentos de África, e em que a Alemanha procurava apresentar-se como inocente vítima das nossas agressões, embora todos esses factos se houvessem dado quando os alemães se encontravam em território português, por eles invadido, ficaram já acima devidamente esclarecidos pela narrativa official desses mesmos acontecimentos. Sobre a questão da requisição dos navios, o Governo Alemão procurava rebater as razões jurídicas que o Governo Português alegara, tentando apresentá-lo como um violador do direito.

Com esta acusação, realmente singular da parte do Estado, que invadiu a Bélgica, rasgando o tratado que garantia a sua neutralidade, e de que a Alemanha era uma das potências signatárias, e com o novo insulto de afirmar que Portugal só demonstrara a sua vassalagem à Inglaterra, acabava a nota apresentada pelo Sr. Rosen, declarando que o Governo Imperial se considerava dali em diante em estado de guerra com o Governo Português.

Tendo ouvido a leitura de todos estes documentos, o Parlamento votou por unanimidade a seguinte moção, apresentada pelo Sr. Dr. Alexandre Braga:

«O Congresso da República, ouvidas as declarações do Governo, apoia o seu procedimento, e reconhece com êle a oportunidade da constituição dum Ministério Nacional, que continue a salvar a honra e os interesses da Pátria, executando as deliberações do Poder Legislativo, conducentes a esse fim».

Dias depois, com efeito, organizava-se, em conformidade com os votos expressos pelo Parlamento, um ministério de característica acentuadamente nacional, destinado a realizar a aspiração da união sagrada de todos os portugueses.

\*  
\*  
\*

Estava declarada a guerra, a que logo se seguiu o rompimento das relações diplomáticas com a Áustria. Natural e necessário era que a nossa solidariedade com as nações aliadas se estreitasse, entendendo-se o Governo Português com os Governos das mais importantes de entre elas. Era a primeira das consequências lógicas que o facto capital de 9 de Março devia produzir. Esse entendimento effectuou-se, portanto. Fomos representados na conferência política e militar dos aliados, pouco depois realizada em Paris, pelo nosso Ministro em França, e a seguir, na conferência económica dos mesmos aliados, que também em Paris se effectuou, por delegados especiais que o Governo designou. Igualmente foi enviada a Londres uma missão official para conhecermos precisamente as disposições do Governo Inglês em relação ao nosso estado de guerra, e também para se resolverem varias questões, que já tinham sido objecto de negociações diplomáticas. Merecia especialmente a atenção do Governo o problema propriamente financeiro ou o estudo das facilidades que Portugal teria em Londres para as operações externas de que o Governo viesse a carecer. Todavia a viagem a Londres dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros foi principalmente determinada por um honroso convite do Governo Britânico, ao qual não podíamos deixar de corresponder com a maior cordealidade e com o maior empenho, para mais estreitar as intimas relações de amizade existentes entre os dois países.

Entretanto, as operações militares iniciavam-se, depois da declaração de guerra, na África Oriental, com a reconquista de Kionga que a Alemanha, em 1894, afrontosamente nos usurpara. Retomada Kionga, as operações seguiram para a invasão do território inimigo. As tropas portuguesas atravessaram o Rovuma, depois de sangrentos combates, e, varrendo sempre o inimigo, penetraram na colónia alemã até o forte de Newala. Um desses fluxos e refluxos que tem sido a característica da guerra actual levou os nossos soldados a ceder momentaneamente algum terreno, mas a guerra em África prossegue vantajosamente, e é legitima a esperança que o Governo Português alimenta de que em breve as nossas tropas recuperarão todo o terreno que tiveram de abandonar por um incidente de campanha, e farão novos avanços, batendo completamente os alemães no seu próprio território, e hasteando ali, definitivamente vitoriosa, a bandeira de Portugal.

Por sua parte, a Alemanha não nos poupa. Logo que se declarou a guerra, foram encontradas minas espalhadas pelo inimigo mesmo à entrada do porto de Lisboa. Não conseguiram os alemães os seus desígnios pelo esforço da nossa intrépida marinha que, apesar do restrito número dos seus navios, constantemente vigia pela nossa segurança, tendo conseguido que até agora nenhum ataque se desenhasse contra as costas do continente. Dessa bravura tradicional e constante foi exemplo o feito realizado pela pequena canhoneira *Ibo*, repelindo, no mar largo, o ataque dum submarino alemão. Todavia, os acontecimentos recentes da perseguição do *Machico*, do ataque ao Funchal do torpedeamento da barca *Emília*, do afundamento dalguns navios portugueses, em viagem, e da tentativa contra S. Vicente de Cabo Verde, em cujo porto um submarino inimigo conseguiu introduzir-se, no dia 4 de Dezembro último, sendo repellido pelas canhoneiras portuguesas que ali se encontram, auxiliadas pela artilharia de terra, provam bem que o furor da

Alemanha contra nós pode ser impotente em muitos casos, mas em todos aqueles em que com eficácia se pode exercer nunca deixa de saciar-se com bárbara tenacidade.

Regressando de Londres os Ministros que ali haviam ido em missão do Governo Português, foi convocado o Parlamento para o dia 7 de Agosto, a fim de ser presente ao Congresso da República o resultado dessa missão. O Ministro das Finanças relatou os acordos a que se havia chegado com o Governo Inglês acêrca da cedência dos navios ex-alemães e sobre a questão financeira, relativa à guerra. Decidiu-se alugar a uma comissão representante do Governo Inglês todos os navios que não nos fôsem precisos para as nossas urgentes necessidades, voltando êsses navios ao nosso domínio logo que cessem as circunstâncias especiais determinadas pela guerra. Assim se acautelou a nossa aspiração de possuírmos uma importante marinha mercante, aproveitando os perigos e riscos que a guerra nos acarreta.

Quanto à questão financeira, sob o ponto de vista da guerra, o Governo Inglês concordou em que se comunicasse ao Parlamento a seguinte nota:

«O Governo Inglês combinou com o Governo Português fazer-lhe tantos empréstimos quantos forem necessários para o pagamento de todas as despesas que, para fins directamente relacionados com a guerra, os dois Governos concordem que é necessário efectuar na Gran-Bretanha ou, excepcionalmente, noutros países aliados. O Governo Inglês fará estes empréstimos ao Governo Português nas mesmas condições em que levanta dinheiro de tempos a tempos por bilhetes do Tesouro. O total emprestado ao Governo Português será por êste pago ao Governo Inglês dentro de dois anos, a contar da assinatura do tratado da paz, com o produto dum empréstimo externo, que será negociado por Portugal e para cuja emissão o Governo Inglês dará todas as facilidades possíveis».

Por seu turno, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, depois de acentuar as notáveis demonstrações de estima que a grande Nação aliada prestou aos representantes do Governo Português, leu ao Congresso da República o seguinte documento em que o Governo Britânico convida Portugal a tomar um lugar na guerra europeia junto dos aliados:

«Os Srs. Afonso Costa e Augusto Soares, Ministros Portuguezes das Finanças e Negócios Estrangeiros, confirmaram, em conversação com o principal Secretário de Estado de Sua Majestade para os Negócios Estrangeiros, o facto de Portugal, pelas decisões do seu Parlamento e pelo unânime sentimento do seu povo, se ter invariavelmente colocado ao lado da Gran-Bretanha. Portugal sentiu que, acima de tudo, devia proceder como antigo aliado da Gran-Bretanha, para o que tem estado e continuará a estar pronto. Portugal deu provas disso em todas as ocasiões, e especialmente quando os navios alemães foram requisitados, facto que conduziu à declaração de guerra pela Alemanha a Portugal. O Governo de Sua Majestade plenamente reconhece a lialdade de Portugal e a assistência que já lhe está dando, e cordialmente o convida a uma maior cooperação militar ao lado dos aliados na Europa, em tanto quanto ele se julgue capaz de a prestar. A comissão de guerra está sendo consultada com respeito às providências que serão propostas para assentar nos preparativos necessários para êsse fim».

A seguir à leitura dêstes documentos, foi apresentada pelo Sr. Corroia Barreto a seguinte moção, a que o Congresso deu a sua aprovação plena:

«O Congresso da República, em consequência e execução das suas deliberações de 7 de Agosto e 23 de Novembro de 1914, e 10 de Março de 1916, e em atenção aos altos interesses nacionais, resolve dar plena satisfação ao honroso convite que o Governo de Sua Majestade Britânica fez, em 15 de Julho último, ao Governo da República Portuguesa para uma maior cooperação militar de Portugal na Europa, e mantém, para êsse efeito, ao Poder Executivo, as faculdades anteriormente concedidas».

\*  
\* \*

Eis os factos que precederam a declaração de guerra. Eis os factos que, até agora, foram suas consequências. Logo após a apresentação dos documentos que precedem ao Parlamento, o Governo Português tratou de efectivar a participação de Portugal na guerra europeia. Mobilizou-se o exército, procedendo-se à instrução intensiva das forças que devem seguir para êsse fim. A partida do primeiro corpo expedicionário vai-se efectuar. Pela primeira vez, de há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa.

Pela exposição clara dos factos que nos levaram à guerra, e que da guerra são já a consequência necessária, o país inteiro fica sabendo que a honra da Pátria se manteve immaculada em toda esta longa situação internacional que neste momento chega à mais grave, mas também à mais gloriosa das suas fases. Percorrendo as páginas da sua história, o povo português encontrará títulos de nobreza, justificados em acções brilhantes que lhe asseguram a immortalidade. A essas páginas, porém, acrescentará aquelas em que se fixa a sua attitude actual, tomada em face dos maiores perigos que, sem dúvida, podem ameaçar uma nacionalidade, mas que também lhe asseguram as compensações do heroísmo, da dignidade e da lialdade reconhecidas pela humanidade presente como o serão pela posteridade justiceira.

Numa seqüência de lógicas attitudes, manifestou-se, sempre pura e decidida, a integridade moral da Nação. Foi essa a preocupação dominante do Governo Português que, de frente bem alta, se apresentou constantemente perante amigos e inimigos, dando a todos as provas da mais absoluta lialdade, porque nem a uns faltou à mínima parcela de fidelidade nos compromissos nacionais, nem perante os outros jámais procurou esquivar-se a nenhuma responsabilidade dos seus actos. O Governo Português aguarda, sereno, os juízos da história, porque tem a consciência de que foi o mandatário da nação e o zeloso depositário da sua honra.

É cedo para apreciar as possíveis vantagens da attitude que Portugal assumiu perante a conflagração europeia. Elas dependem da marcha dos acontecimentos. Uma, porém, lhe está já plenamente assegurada. É a de se ter afirmado um povo digno das tradições do seu passado e das esperanças do seu futuro, digno da sua liberdade e da sua independência, digno da nobre civilização a que pertence e em que o direito e a justiça são noções sagradas e invioláveis. Esta guerra começou pelo espectáculo, patenteado ao mundo inteiro, duma das maiores potências do globo, calcando aos pés um tratado que ela assinara, para invadir um país e traiçoeiramente assaltar outro, chamando depois a êsse tratado «um farrapo de papel». Será para Portugal um braço de glória que ninguém jámais lhe arrancará, o espectáculo que esta pequena nacionalidade dá ao mundo, considerando o tratado de aliança, que a liga há seis séculos a uma nação amiga

como um elo de bronze que nem a acção do tempo nem as violências dos homens podem quebrar.

Não somos levados nem pela ansia de conquistas, nem pela sede de recompensas. O superior interesse que nos guia, além da afirmação espiritual que nos orgulha, é o de tornarmos ainda mais sólida a nossa aliança com a nobre Nação inglesa, que nos tem acompanhado sempre pela história fora, cimentá-la com os nossos esforços e os nossos sacrifícios, valorizá-la e engrandecê-la, engrandecendo-nos e valorizando-nos a nós próprios. Já se chamou a esta guerra a guerra das pequenas nacionalidades, e é certo, porque o imperialismo alemão ainda não soube senão esmagar pequenos povos. Portugal é uma dessas pequenas nacionalidades, com profundas raízes históricas e um património colonial conquistado à custa de heroísmos de que a humanidade largamente aproveitou. Portugal defende a sua vida e defende o seu património. Para isso derramará o seu sangue até a última gota.

O Governo Português saúda os soldados que vão partir. Saúda o exército e a armada, em cujo patriotismo e intrepidez repousa a segurança da Pátria. Saúda o País. A honra de o representar neste momento culminante da existência nacional basta para o compensar das agruras da missão que lhe tem sido dado desempenhar.

Presidência do Ministério, 17 de Janeiro de 1917.— *António José de Almeida — Brás Mousinho de Albuquerque — Luis de Mesquita Carvalho — Afonso Costa — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Augusto Luis Vieira Soares — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — António Maria da Silva.*

## MINISTÉRIO DA GUERRA

### Repartição do Gabinete

DECRETO N.º 2:938

Atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando das autorizações concedidas pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Proceder-se há desde já à concentração de um corpo expedicionário destinado a combater em França contra a Alemanha, ao lado dos exércitos das nações aliadas.

Art. 2.º Assumirá o comando do corpo expedicionário português o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que terá a competência que pelas leis e regulamentos em vigor é conferida ao comandante em chefe do exército em operações e usará como distintivo do seu posto e função, além das três estrélas de prata, o escudo da República.

Art. 3.º Exercerá as funções de chefe do estado maior do corpo expedicionário português o major de artilharia e do serviço do estado maior Roberto do Cunha Baptista.

Art. 4.º Serão expedidas com a maior urgência pela Secretaria da Guerra as ordens e instruções que ainda sejam necessárias para a organização, mobilização, concentração e transporte do corpo expedicionário português.

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em execução.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 17 de Janeiro de 1917.— *BERNARDINO MACHADO — António José de Almeida — Brás Mousinho de Albuquerque — Luis de Mesquita Carvalho — Afonso Costa — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Augusto Luis Vieira Soares — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — António Maria da Silva.*

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos

1.ª Repartição

Por ordem superior se publicam os seguintes documentos:

O Sr. E. Daeschner, Ministro da República Francesa ao Sr. Dr. Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Lisbonne, le 13 Avril 1916.— Monsieur le Ministre.— Conformément à la Convention du 13 Juillet 1854, j'ai l'honneur de prier Votre Excellence de vouloir bien provoquer les ordres nécessaires en vue de l'arrestation et de l'extradition, à charge de réciprocité, du nommé Bornstein, Isaac, de nationalité russe, poursuivi du chef d'abus de confiance et qui se trouverait à Lisbonne.

Je transmets à cet effet à Votre Excellence le mandat d'arrêt décerné par M. le Juge d'Instruction près le Tribunal de première instance du Département de la Seine, et je lui serais très reconnaissant de me faire connaître la suite qui aura été donnée à cette affaire et éventuellement la date de l'arrestation de l'inculpé, aux fins de la procédure.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma haute considération.— *E. Daeschner.*

P. S.— Des informations ultérieures il résulte que l'inculpé serait déjà arrêté.— *E. D.*

O Sr. José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros, ao Sr. Lazare de Montille, Encarregado dos Negócios de França:

Lisboa, 27 de Julho de 1916.— Senhor Encarregado de Negócios.— Em resposta à nota de V. S.ª, de 11 do corrente, comunico a V. S.ª que foi concedida a extradição de Isaac Bornstein, sob condição de reciprocidade em casos da mesma natureza por parte do Governo da República Francesa, visto a natureza do crime não estar talvez perfeitamente compreendida no artigo 2.º, n.º 7.º da Convenção de extradição. Para se combinar a forma de entrega do réu, dia, hora e local, ocorre-me, como meio prático, sugerir o entendimento directo das autoridades consulares francesas com o Governo Civil de Lisboa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. S.ª os protestos da minha distinta consideração.— *J. M. R. Norton de Matos.*

O Sr. E. Daeschner, Ministro da República Francesa, ao Sr. Dr. Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Lisbonne le 1<sup>er</sup> Septembre 1916.— Monsieur le Ministre.— A la date du 27 Juillet dernier Votre Excellence a bien voulu me faire savoir que, conformément à la demande que je lui avais adressée le 13 Avril, le Gouvernement Portugais consentait à extraditer, sous condition de réciprocité de la part du Gouvernement Français pour les cas de même nature, le nommé Isaac Bornstein inculpé d'abus de confiance.

J'ai l'honneur de vous accuser réception de cette communication qui répond à l'intention exprimée dans ma lettre précitée, de la part de mon Gouvernement, d'étendre dans les relations des deux pays les effets du traité d'extradition du 13 Juillet 1854 aux délits dont il s'agit.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma haute considération.— *E. Daeschner.*

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, 16 de Janeiro de 1917.— *Joaquim do Espírito Santo Lima.*